

Dossiê Especial
Educação e Povos Indígenas:
Identities em Construção e Reconstrução

arquivos analíticos de políticas
educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aape | **epaa**

Arizona State University

Volume 28 Número 158

26 de outubro de 2020

ISSN 1068-2341

**A Experiência de Estar na Universidade Sob a Ótica de uma
Indígena Estudante da Pós-Graduação**

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira

Wagner Roberto do Amaral



Jenifer Araujo Barroso Bilar

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Citação: Pereira, G. F. de S. F., Amaral, W. R. do, & Bilar, J. A. B. (2020). A experiência de estar na universidade sob a ótica de uma indígena estudante da pós-graduação. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(158). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4791> Este artigo faz parte do dossiê especial, *Educação e Povos Indígenas - Identidades em Construção e Reconstrução*, editado por Juliane Sachser Angnes e Kaizo Iwakami Beltrão.

Resumo: O presente trabalho, resultado da autoria dialógica entre uma acadêmica e pesquisadora indígena e dois pesquisadores não indígenas envolvidos nessa temática, intenciona contribuir para maior visibilidade e reconhecimento das trajetórias dos acadêmicos e profissionais indígenas, formados por universidades públicas, num contexto recente de constituição de políticas de ações afirmativas as quais viabilizam o ingresso e a permanência de populações indígenas e afrodescendentes no Brasil e na América Latina. Estes sujeitos têm se inserido na educação superior e atuado intensamente nos mais diferentes espaços de permanência estudantil, de lutas políticas, de

reconhecimento social e cultural, não somente nos ambientes acadêmicos como também no cotidiano de suas comunidades de pertencimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e do relato da experiência de uma acadêmica e pesquisadora indígena. As reflexões empreendidas destacam os desafios cotidianos vivenciados pelos indígenas ao se constituírem pesquisadores, intelectuais, protagonistas, sujeitos e autores dos conhecimentos por eles produzidos, inaugurando um momento inédito na história dos povos indígenas no Brasil e contribuindo para novas estratégias de resistência e fortalecimento das lutas indígenas.

Palavras-chave: Educação Superior Indígena; Acadêmicos indígenas; Povos indígenas

The experience of being at the university from the perspective of an indigenous postgraduate student

Abstract: The present work, the result of the dialogical authorship between an indigenous academic and researcher and two non-indigenous researchers involved in this theme, intends to contribute to greater visibility and recognition of the trajectories of indigenous scholars and professionals formed by public universities in a recent context of affirmative actions that enable the entry and permanence of indigenous and afro-descendant populations in Brazil and Latin America. These subjects have been inserted in the higher education and intensively worked in the most different spaces of student stay, of political struggles, of social and cultural recognition, not only in academic environments but also in the daily life of their communities of belonging. It is a qualitative research, carried out through bibliographical review, documentary research and the report of the experience of an indigenous academic and researcher. The undertaken reflections highlight the daily challenges experienced by indigenous peoples as researchers, intellectuals, protagonists, subjects and authors of the knowledge produced by them, inaugurating an unprecedented moment in the history of indigenous people in Brazil and contributing to new strategies of resistance and strengthening of indigenous people struggles.

Keywords: Indigenous Higher Education; Indigenous academics; Indigenous people

La experiencia de estar en la universidad bajo la óptica de una indígena estudiante de posgrado

Resumen: El presente trabajo, resultado de la autoría dialógica entre una académica e investigadora indígena y dos investigadores no indígenas involucrados en esta temática, pretende contribuir a una mayor visibilidad y reconocimiento de las trayectorias de los académicos y profesionales indígenas formados por universidades públicas, en un contexto reciente de constitución de políticas de acciones afirmativas que viabilizan el ingreso y la permanencia de poblaciones indígenas y afrodescendientes en Brasil y en América Latina. Estos sujetos se han insertado en la educación superior y actuado intensamente en los más diferentes espacios de permanencia estudiantil, de luchas políticas, de reconocimiento social y cultural, no sólo en los ambientes académicos, sino también en el cotidiano de sus comunidades de pertenencia. Se trata de una investigación cualitativa, realizada a través de revisión bibliográfica, investigación documental y del relato de la experiencia de una académica e investigadora indígena. Las reflexiones emprendidas destacan los desafíos cotidianos vivenciados por los indígenas al constituirse investigadores, intelectuales, protagonistas, sujetos y autores de los conocimientos por ellos producidos, inaugurando un momento inédito en la historia de los pueblos indígenas en Brasil y contribuyendo a nuevas estrategias de resistencia y fortalecimiento de las luchas indígenas.

Palabras-clave: Educación Superior Indígena; Académicos indígenas; Pueblos indígenas

Introdução

Dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), demonstram um importante crescimento da população indígena nas duas últimas décadas, contrariando as teses da extinção destes povos, evidenciada por organismos governamentais até metade do século XX (Pacheco de Oliveira & Freire, 2006). Entre o período de 1991 a 2000, a população autodeclarada indígena no Brasil quase triplicou, passando de 294 para 734 mil indivíduos. Em 2010, o IBGE apontou que a população indígena ultrapassava 896 mil pessoas no Brasil. Tais dados revelam ainda uma significativa diversidade étnica no Brasil, constituída por 305 povos indígenas falantes de 274 línguas diferentes no território nacional. Todavia, sabemos que há muitos desafios para a efetivação dos direitos desta população, considerando as precárias condições de vida enfrentadas pelos povos indígenas na atualidade.

Conforme aponta Souza Lima (2005), existem povos indígenas que vivem em situação de extrema penúria, sem recursos para geração de renda suficiente que lhes dê condições de vida digna, por meio da afirmação dos seus direitos identitários, culturais, territoriais e de acesso a políticas sociais públicas efetivamente voltadas às suas necessidades, especificidades e realidades.

Outrossim, é nesse contexto que emergem novos sujeitos no universo indígena brasileiro e latino-americano, passando a ter acesso à educação superior e ao ambiente universitário enquanto estudantes, intelectuais, pesquisadores e profissionais indígenas (Amaral, 2010). Segundo Amaral (2010), essa nova categoria, denominada como estudantes ou acadêmicos indígenas, se constitui ineditamente a partir do seu duplo pertencimento, ou seja, afirmando seu pertencimento acadêmico e seu pertencimento étnico-comunitário, simultaneamente. Tais percursos empreendidos por esses sujeitos balizam o relato da experiência da pesquisadora indígena e as análises que apresentaremos neste trabalho.

O presente trabalho é de autoria de uma pesquisadora indígena pertencente à etnia Kaingang e dois pesquisadores não indígenas, todos graduados em Serviço Social e vinculados a um programa de pós-graduação na área do Serviço Social e Política Social.

Além desta introdução, o presente artigo é composto por outras quatro partes, sendo: uma primeira, que busca refletir sobre aspectos culturais significativos que caracterizam os povos indígenas no Brasil e fundamentalmente no estado do Paraná, lócus da análise deste trabalho. A segunda parte refletirá acerca da política de educação superior indígena no estado do Paraná, demonstrando seu ineditismo, suas características fundamentais e os desafios presentes nesta experiência. Importante destacar que a primeira e a segunda partes são resultados de revisão bibliográfica e levantamento documental realizados pelos autores por meio de leituras pertinentes à questão indígena e à política pública de educação superior indígena no Brasil e no Paraná, sendo acessada a produção acadêmica disponível por via de artigos, dissertações, teses, periódicos e livros.

A terceira parte apresenta o relato da trajetória acadêmica vivenciada e refletida sob a ótica de uma pesquisadora pertencente à etnia Kaingang, autora deste trabalho. Por fim, teceremos nossas considerações finais.

Breves Aspectos sobre o Povo Kaingang

Os povos indígenas se constituem em sua diversidade e em suas especificidades identitárias e culturais, podendo-se afirmar que os seus modos de vida também variam de povo para povo, conforme o tipo de relação estabelecida com o seu patrimônio material e imaterial, por meio dos seus territórios de pertença, de memória e de retomada, suas relações sociais, políticas e culturais, de suas organizações próprias e por suas cosmologias (Luciano, 2006).

É importante destacar que, de acordo com Censo do IBGE do ano de 2010, existem no estado do Paraná cerca de 25.915 indígenas, deste total, 12.509 vivem em aldeias, e os demais estariam localizados, sobretudo, nos grandes centros urbanos. Os povos indígenas que habitam o território paranaense estão divididos em quatro etnias, sendo: Kaingang, Guarani, Xetá e Xockleng, sendo o povo Kaingang demograficamente majoritário no estado.

Este tópico do trabalho tem como foco abordar aspectos da cultura Kaingang, tendo em vista ser essa a etnia de pertencimento da pesquisadora indígena e autora deste trabalho. Objetivamos, dessa forma, apresentar aspectos que possam contribuir na compreensão a respeito das particularidades e especificidades que compõem o modo de ser Kaingang.

De acordo com Tommasino e Fernandes (2001), o contato dos Kaingang com a sociedade envolvente teve início no final do século XVIII e efetivou-se em meados do século XIX. Os autores evidenciam que os Kaingang constituem um povo que secularmente habita a região Sul do país e algumas regiões de São Paulo, sendo que, no passado, esse grupo étnico habitou a região de Misiones, atual província Argentina.

Pode-se identificar, nos registros documentais e na literatura, a resistência deste povo diante do avanço colonizador e comercial, principalmente na rota de Vacaria/RS à Sorocaba/SP e nas regiões paranaenses dos Campos Gerais, Guarapuava e São Jerônimo da Serra. Já na segunda metade do século XVIII, encontram-se registros de várias expedições militares que foram aos territórios orientais do rio Paraná, seguindo orientações do marquês de Pombal.

Tommasino e Fernandes (2001) destacam que, entre os desdobramentos dessa história, houve um processo de expropriação e acirramento de conflitos, não apenas com os invasores de seus territórios, mas intragrupos Kaingang, uma vez que o faccionalismo foi potencializado após o contato com a sociedade envolvente.

O povo Kaingang se caracteriza por sua língua, pertencente ao tronco Jê Meridional, fazendo dela um instrumento oral de identidade e de resistência. Zukeran (2011, p. 6) aponta ainda que: os Kaingang pertencem a uma sociedade ágrafa, que tradicionalmente não utilizam a escrita. A socialização e a educação indígena, assim como a aprendizagem das atividades cotidianas costumam ser apreendidas por meio da oralidade, da observação e da experiência dos Kaingang a partir do referencial dos mais velhos, necessários para a transmissão e reprodução de conhecimentos adquiridos e de práticas socioculturais indígenas a futuras gerações.

Os registros históricos caracterizam os Kaingang como povo guerreiro, estereotipados pelos colonizadores como selvagens, decorrente da luta incessante dos membros desse grupo étnico em defesa dos seus territórios, diante do processo de invasão de suas terras.

Assim como ocorreu no restante do país, foram criados, no Paraná, os aldeamentos como uma estratégia de pacificação dos povos Kaingang. O processo de aldeamento em áreas de reservas fragmentadas e isoladas significou para o povo Kaingang a perda de imensos territórios, que garantiam seus processos físicos e culturais, tradições e cosmologias. Ao abordar sobre a organização social e política dos Kaingang, Tommasino (2003) aponta que os Kaingang possuem sua especificidade na organização dos seus coletivos, pautada na lógica das metades *kamé* e *kairú*, classificando o mundo dualisticamente e definindo suas relações sociais no entrelaçamento do parentesco. Pessoas de uma metade devem buscar seu cônjuge na metade oposta, tendo a descendência patrilinear como fórmula Kaingang de recrutamento das metades, sendo que filhos(as) de pai *kamé* serão *kamé* e deverão, quando adultos, casar-se com pessoas da metade *kairú*, de sua mãe. No modelo ideal de grupo doméstico, o homem Kaingang ao se casar deve transferir-se para a casa do pai de sua esposa, inserindo-se econômica e politicamente no grupo doméstico do sogro.

Os *kamé* e *kairú* não se dividem somente entre os homens, mas também entre os seres da natureza. Com isso, segundo a tradição Kaingang, *Kamé* é Sol e *Kairú* a Lua, sendo esse dualismo a expressão de um sistema de oposições complementares, estabelecendo critérios de sociabilidade. Sobre a organização familiar dos Kaingang, Amaral (2010), partindo dos estudos realizados por Fernandes (2003), destaca que:

sobre as relações de parentesco dos Kaingang podemos destacar a existência do grupo familiar (formado por um casal e seus filhos – unidade mínima dentro da comunidade), do grupo doméstico (formado pela família extensa), da parentagem (categoria social que amplia as relações sociais contidas no domínio do grupo doméstico) reunindo ocasionalmente indivíduos relacionados por laços de parentesco, assim como indivíduos identificados como próximos; e também o tronco velho¹. (Amaral, 2010, p. 262)

Os Kaingang possuem uma estrutura política altamente hierarquizada, sendo que a posição máxima desta hierarquia é ocupada pelo cacique, seguida do vice-cacique. Tommasino e Fernandes (2001) expõem que a escolha do cacique é realizada através de eleição, da qual participam os homens com idade superior a 15 anos. Segundo os autores, as eleições para caciques é uma prática já consolidada na vida política Kaingang, porém as candidaturas à posição de cacique são articuladas geralmente entre as famílias de maior prestígio no interior das terras indígenas.

Tais aspectos balizam a compreensão sobre o povo Kaingang, fundamentalmente acerca de aspectos que caracterizam parte dos sujeitos que ingressam nas universidades estaduais do Paraná, dentre eles, a pesquisadora e autora deste texto e a sua experiência na educação superior pública.

A Política de Educação Superior Indígena no Paraná

Os percursos traçados pelos acadêmicos indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná, desde 2002, refletem o pioneirismo do estado do Paraná na implementação de uma política estadual de educação superior indígena no país.

Em 18 de Abril de 2001 foi sancionada a lei estadual nº 13.134/2001, que garante aos povos indígenas residentes no território paranaense o direito de ingressar numa Instituição de Ensino Superior (IES) Estadual, por meio de vagas suplementares². A referida lei foi suprimida após a aprovação da lei estadual nº 14.995/2006, ampliando de três para seis o número das vagas suplementares para os indígenas em cada IES Estadual do Paraná. Desde o ano de 2002, já de forma inédita no país, o processo seletivo, que viabiliza o ingresso de estudantes indígenas nestas

¹ Foco ancestral de grupos domésticos e parentagens cumprindo o papel de ligar os indivíduos às histórias locais, fornecendo uma referência para a configuração de "linhas de descendências". Estar associado aos troncos velhos é, [...] condição para legitimidade política no interior de cada terra indígena. [...] Os troncos velhos, estão na base da própria definição de território Kaingang. As categorias nativas, tronco velho e parentagem, respectivamente, foco ancestral e campo relacional dos grupos domésticos, fundem irremediavelmente política e parentesco na organização social Kaingang (Fernandes, 2003, apud Amaral, 2010, p. 262).

² As vagas não são consideradas cotas, ou seja, não são "retiradas" percentualmente de um total preexistente de vagas. Frequentemente chamadas de excedentes ou suplementares, têm caráter de acesso exclusivo aos indígenas. Sem dúvida, marcar esta distinção dá um tom de maior "direito" sobre as vagas (que são deles) e não de um "privilégio", como é comum serem encaradas as cotas (Paulino, 2008, p. 51).

instituições, vem se caracterizando de forma específica por meio do vestibular dos povos indígenas do Paraná, estando este, atualmente, em sua 19^a. edição³.

O percurso constitutivo da política estadual de educação superior indígena do Paraná revela a busca pelo espaço acadêmico como estratégia de luta dos povos indígenas e de melhores condições de vida para os profissionais indígenas egressos, suas famílias e suas comunidades de pertencimento.

Amaral (2010) revela que, no período de 2002 a 2010, o número de candidatos indígenas para as IES Estaduais inscritos nas edições do vestibular dos povos indígenas do Paraná ampliou de 51 para 127. Segundo dados levantados no site da UEPG, instituição que sediou a última edição do referido vestibular, realizada no ano de 2018, foram homologadas 758 inscrições de candidatos indígenas interessados em ingressar nas IES Estaduais paranaenses. Nota-se, desta forma, um significativo aumento do número de candidatos indígenas interessados em ingressar na universidade.

Destaca-se que, progressivamente, os indígenas passaram a se apropriar do espaço acadêmico, tendo em vista as demandas historicamente existentes em suas comunidades de pertencimento e em diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, gestão territorial, dentre outras. Tais demandas passaram a ser atendidas nas duas últimas décadas por diferentes políticas sociais públicas, conquistadas pelos movimentos indígenas no país. Destacam-se as políticas de educação escolar indígena e de saúde indígena, as quais se caracterizam por arcabouços legais e conceituais específicos, ainda que frágeis e ameaçadas na sua efetivação e implementação (Amaral, 2015; Amaral et al., 2014).

Desta forma, contata-se a expansão da oferta da educação escolar indígena no país, possibilitando a escolarização de um número significativo de indígenas no ensino fundamental e no ensino médio, potenciais candidatos para a educação superior (Amaral & Capelo, 2015). Tal expansão, principalmente a partir do Governo Lula, viabilizou a abertura de postos de trabalhos para profissionais indígenas nas escolas indígenas e nas unidades básicas de saúde, localizadas nas terras indígenas, historicamente ocupadas por profissionais não indígenas, fato que será abordado neste trabalho.

Nesse sentido, a progressiva demanda e o crescente ingresso de indígenas na educação superior é consequência da decorrente ampliação da escolarização nas terras indígenas, ainda que com significativas fragilidades na efetivação da educação escolar indígena bilíngue, intercultural, específica, diferenciada e comunitária, conforme preconiza a legislação nesta área (Amaral, 2010).

A busca pela educação escolar, seja ela básica ou superior, se apresenta uma bandeira de luta e de reivindicação das organizações e movimentos indígenas no Brasil. Compreendem que, através da formação escolar e acadêmica, em diálogo com os conhecimentos tradicionais produzidos historicamente pelos diferentes grupos étnicos, podem conquistar melhores condições de sustentabilidade e, conseqüentemente, de cidadania (Farias & Brostolin, 2016).

Um aspecto fundamental que compõe a pauta de reivindicações pela educação superior voltada aos povos indígena se refere à necessidade de formação de professores indígenas para cumprimento da educação escolar indígena diferenciada e bilíngue, preconizada pela Constituição

³ O vestibular dos povos indígenas do Paraná é organizado de forma interinstitucional, desde o ano de 2002, sendo coordenado pela Comissão Universidade para os Índios (CUIA) e pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI-PR) (Amaral et al., 2016). Este vestibular específico conta com a participação das sete universidades estaduais paranaenses e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a saber: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O vestibular é ainda organizado de forma itinerante sendo sediado anualmente pelas IES que compõem a CUIA Paraná.

Federal de 1988 e devidamente regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, pelo Plano Nacional de Educação (2001-2010), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena e, mais recentemente, pela Lei Federal n. 12.416, de 09/06/2011, que institui cotas para candidatos indígenas, quilombolas e oriundos da escola pública nas IES Federais no país.

Nota-se, contudo, os imensos desafios enfrentados pelos estudantes indígenas no seu percurso acadêmico nas universidades estaduais paranaenses e a dificuldade de efetivação de políticas consistentes para a permanência desses acadêmicos (Amaral, 2010, Angnes, 2010). Tal realidade se expressa nos dados de ingresso e de permanência de indígenas nas IES Estaduais do Paraná ao evidenciar que, segundo dados sistematizados pela CUIA Paraná, das 651 vagas ofertadas ao longo das dezoito edições do vestibular indígena apenas 215 estudantes se encontravam matriculados, considerando que, destes, 74 concluíram seus estudos e três faleceram ao longo do seu percurso acadêmico.

Apesar das imensas fragilidades e dificuldades para a formação acadêmica dos estudantes indígenas, destaca-se que até o final do ano letivo de 2017, o número de indígenas graduados pelas IES estaduais do Paraná alcançava 74 profissionais, que concluíam seus estudos em diferentes carreiras, sendo a educação a área que atingia o maior número de egressos, cerca de 56% do universo de diplomados, segundo dados da Comissão Universidades para os índios (CUIA) do Paraná.

As trajetórias percorridas pelos acadêmicos indígenas, nas Universidades Estaduais do Paraná, têm se apresentado como um desafio no campo das políticas públicas de educação superior, considerando que a presença desses sujeitos no espaço acadêmico é nova e provocadora de significativas reflexões e possibilidades (Amaral, 2010).

Neste sentido, o duplo pertencimento – pertencimento acadêmico e pertencimento étnico-comunitário – se apresenta como um importante conceito para compreensão dos percursos e trajetórias dos estudantes indígenas, uma vez que evidencia as tensões, desafios, limites e potencialidades acerca da simultânea pertença dos acadêmicos indígenas nos trânsitos e nas fronteiras entre a universidade, seu grupo étnico e suas comunidades. Ao apresentar e refletir o conceito de duplo pertencimento, Amaral (2010) analisa ser fundamental que os acadêmicos indígenas se apropriem da universidade, sem perder de vista os vínculos de pertencimento com seu grupo étnico e suas comunidades indígenas, estabelecendo relações de intercâmbio e interculturalidade com estes espaços tão distintos. Segundo o autor:

o duplo pertencimento carrega conceitualmente a lógica das possibilidades de permanência do e pelo estudante indígena na universidade, diante da permanente tensão e diálogo entre universos e sujeitos distintos e ao mesmo tempo relacionais. Estes passam a definir um novo campo de fronteira entre os diferentes grupos étnicos presentes (e alguns, sobreviventes) na universidade e entre esses e os diferentes sujeitos não indígenas que participam e constituem o ambiente universitário. (Amaral, 2010, p. 278)

A formação universitária indígena coloca-se como potencial para possíveis mudanças na realidade dos povos indígenas, podendo alterar, inclusive, os circuitos de trabalhos indígenas, que passam a se constituir a partir da presença e atuação dos profissionais indígenas, seja nos espaços ocupacionais existentes nas terras indígenas e/ou em outros espaços existentes no entorno desses territórios e/ou em outras áreas de atuação afetas aos povos indígenas (Amaral, 2010; Amaral et al., 2014).

Apesar da universidade se localizar em espaços urbanos – refletida por Amaral (2010) como univer-cidade – compreende-se que a vinda para a cidade não significa o rompimento da pertença

dos estudantes indígenas com suas comunidades de origem, uma vez que, muitos deles, mesmo residindo na cidade, mantem vínculos com suas comunidades de origem, inclusive socializando com a família parte dos valores recebidos pelo auxílio-permanência⁴.

Acreditamos que, a partir da formação acadêmica, os povos indígenas podem conquistar novos espaços e circuitos de trabalho, ocupando-os, vivenciando os dilemas próprios do ineditismo destes percursos como estudantes, pesquisadores e profissionais, partindo de uma perspectiva étnica e comunitária, sendo sujeitos e protagonistas de suas histórias e da história do seu povo.

As Vivências na Universidade sob a Ótica de uma Acadêmica e Pesquisadora Kaingang

Em primeiro lugar, pedimos licença acadêmica para escrever esta parte do trabalho em primeira pessoa do singular, uma vez que se trata do relato de experiência de uma acadêmica Kaingang, que faz parte do ainda insipiente universo de estudantes indígenas egressos da graduação e que ingressaram na pós-graduação nas universidades públicas do país.

Início meu relato afirmando que, ao longo de décadas, nós, indígenas, que na maioria das vezes, fomos e ainda somos considerados como “objetos” de pesquisa. Agora, aos poucos, estamos nos tornando pesquisadores/as-sujeitos da nossa própria história⁵.

Temos escrito, a partir das nossas próprias vivências, a nossa realidade, por meio do nosso modo de ser e de viver, de educar, de comunicar, de se organizar, de acreditar em forças superiores e no poder da natureza, na forma de relacionar, de amar, de lutar etc.

Desse modo, é possível que, daqui a algum tempo, observemos grandes mudanças dentro dos mais diversos espaços onde nós, indígenas, começamos a atuar; quem sabe, até dentro das instituições de ensino superior públicas ou privadas; talvez mais adiante essas instituições não nos reprimam tanto quanto agora e nos respeitem como povo que sabe o que quer e onde quer estar.

Minha trajetória na universidade tem como ponto de partida o ano de 2005, quando prestei o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, naquela ocasião, realizado nas dependências da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao ser classificada pelo vestibular indígena e ingressar na Universidade Estadual de Londrina, no início de 2006, no curso de Direito, eu tinha 18 anos. Até esse momento, meu local de moradia era a Terra Indígena São Jerônimo⁶. Eu havia acabado de concluir o ensino médio numa escola estadual não indígena na cidade de São Jerônimo da Serra, pois na Terra Indígena só havia oferta dos anos iniciais do ensino fundamental, chamado por nós como ensino primário. Hoje, importa dizer que aquela realidade das escolas indígenas não existe mais, nem na minha terra indígena e nem na maioria das terras indígenas do Estado do Paraná⁷.

⁴ Cumpre destacar que os estudantes indígenas ingressantes pelo vestibular dos povos indígenas do Paraná e matriculados nas IES Estaduais do Paraná recebem mensalmente um auxílio permanência, atualmente no valor de R\$ 900,00, acrescido em 50% quando comprovada paternidade ou maternidade.

⁵ A partir deste ponto apresentaremos o relato escrito pela referida acadêmica indígena.

⁶ A Terra indígena São Jerônimo está localizada no município de São Jerônimo da Serra, tem uma população de aproximadamente 600 pessoas, de 310 Kaingang, 230 Guarani e 60 Xetá.

⁷ No Paraná, a oferta da educação escolar em terras indígenas foi oficialmente estadualizada em 2008, havendo a progressiva assunção da responsabilidade mantenedora das escolas indígenas no Paraná pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Esse processo passou a garantir a contratação de professores indígenas bilíngues nesses estabelecimentos escolares, evidenciando a urgente necessidade de formação inicial e continuada desses profissionais, ainda não suprida pelo Estado, e que viesse a qualificar a escolarização das crianças, jovens e adultos Kaingang e Guarani atendidos pelas escolas estaduais indígenas. Atualmente, estão

Esses anos de universidade têm sido, para mim, tempos de descobertas, lutas e resistências. Eu não tinha noção de como seria minha vida na cidade; vim morar em Londrina e, logo de início, tive dificuldades com minha “nova realidade”. O modo de vida na cidade é o que mais me impacta, muito diferente do meu modo de vida até então na aldeia; aqui tudo é vendido, tudo é muito caro, não fazem trocas como as que fazemos na terra indígena.

O tempo é outro, tudo cronometrado, tudo agendado, com hora marcada. Na terra indígena, somos acostumados a nos encontrar de maneira mais espontânea, temos o hábito de nos visitar. Desse modo, nos tornamos mais próximos, mais íntimos, mesmo que não tenhamos vínculo familiar.

Passado algum tempo na universidade, as primeiras dificuldades financeiras começaram a aparecer e, muitas vezes, não consegui suprir as necessidades cotidianas, como alimentação, transporte e moradia. Junto delas, também vieram as questões pedagógicas, os problemas em conseguir contemplar os conteúdos das disciplinas e acompanhar o curso, pois sempre estudei em escola pública e a defasagem na minha escolarização se escancarava dentro da Universidade Estadual.

Na universidade, nos deparamos com estudantes vindos de diferentes realidades, sendo parte deles oriundos de escolas particulares e com um ótimo índice de desempenho escolar, filhos de profissionais também graduados e com elevados níveis de renda. Deparei-me, ainda, com a presença de professores que dispunham de elevada titulação acadêmica sendo mestres, doutores, e pós-doutores – essa realidade se diferenciava dos ambientes em que estava acostumada a conviver.

As altas exigências para um bom desempenho acadêmico nos cursos universitários são notórias e não estão fora do sistema mercadológico de ensino do país, que teve sua expansão nas últimas duas décadas, cujo modelo de gestão adotado padroniza a competitividade e exige dos envolvidos um alto nível de desempenho e produtividade intelectual.

Nos diferentes espaços de lutas dos quais tenho participado, constata-se a existência de falas preconceituosas e racistas, no que se refere às vagas indígenas e às cotas raciais, revelando o desconhecimento da dívida social e histórica deste país com o povo negro e o povo indígena. Esses relatos questionam que o nosso ingresso pode acarretar a queda no nível de qualidade dos cursos nas universidades.

Quero aqui destacar que, nesse processo de vivência na universidade, tive muita dificuldade de relacionamento com muitas pessoas e isso me entristecia ainda mais, principalmente a dificuldade de interagir e conviver com os colegas de sala. Às vezes, se tornava uma angústia, havia um enorme distanciamento entre mim e as outras pessoas da turma e eu não conseguia fazer a leitura dos reais motivos que tornavam essas relações difíceis e angustiantes. A minha dificuldade em fazer uma reflexão crítica sobre esse distanciamento. Essa minha invisibilidade naquele espaço e a distância existente entre nós pareceria fazer parte de toda aquela mudança na minha vida.

Com o passar do tempo, as coisas começaram a piorar ainda mais e aquela vivência começou a ficar insuportável em todos os sentidos. Dali em diante, foi possível sentir toda a discriminação e o preconceito daquelas pessoas; sentia que, em diversas vezes, os preconceitos aconteciam motivados pela ignorância em não conhecer a realidade dos povos indígenas pela grande maioria daqueles estudantes e professores.

Em vários momentos, manifestavam palavras que ofendiam a mim e ao meu povo, isso dentro do espaço acadêmico. Depois de algum tempo, consegui fazer uma reflexão sobre os

em funcionamento 38 escolas estaduais indígenas, localizadas em 26 terras indígenas no território paranaense. Com o processo de estadualização da EEI no Paraná, constata-se uma expansão na oferta do ensino fundamental e do ensino médio, já destacado neste texto.

principais aspectos de mudança a partir da entrada na universidade; me despertei e sentimentos jamais vivenciados surgiram.

Foi nesse momento que algumas respostas começaram a aparecer juntamente com muitas indagações. Sempre soube quem eu era e quais minhas origens, pois saber isso faz parte da minha educação indígena. Ensinararam-me assim e, a partir disso, fortaleci-me enquanto mulher Kaingang e acadêmica indígena.

Devo relatar que foram alguns anos de idas e vindas, de choros e risos. Voltei várias vezes para terra indígena, era lá, e continua sendo, o meu primeiro refúgio, o lugar onde sempre quero estar, porque ainda é lá onde os meus ancestrais estão. É de lá também que trago toda minha força, minha vivência e a minha história. No entanto, a universidade é o lugar onde, ultimamente, mais permaneço. Consequentemente, onde quero continuar pertencendo, pois, durante os longos anos de vida acadêmica, tenho aprendido que este também pode ser o nosso lugar.

As dificuldades ainda hoje estão presentes na minha trajetória enquanto sujeito dessa realidade histórica e cultural. Após dois longos e difíceis anos vinculada ao curso de Direito, peço transferência para o curso de Serviço Social, lugar em que fui me encontrando, a partir da leitura crítica orientada por essa graduação, e conhecendo estudantes e professores que passaram a apoiar o meu desafiador percurso. Um dos reconhecimentos que recebi da minha turma de graduação foi a homenagem que fizeram à minha primeira filha, indicando-a como nome de turma na nossa cerimônia de colação de grau. Minha primeira filha me acompanhou nas aulas, por muitas noites, sendo acolhida e embalada por muitas colegas de classe.

Depois de ter conseguido concluir a graduação em Serviço Social, tive a oportunidade de trabalhar, no período de um ano, como profissional recém-formada, tendo vínculo como bolsista num projeto de extensão que desenvolveu processos de formação de gestores e professores das escolas indígenas na região norte do Paraná. Nesse projeto, atuei diretamente com gestores e professores indígenas, dentro das escolas estaduais indígenas e nas comunidades indígenas. Essa experiência foi única, contribuiu para a minha formação profissional, mas, principalmente, para a minha formação pessoal, uma vez que retornava para minha comunidade e para a escola onde estudei como uma profissional que atuava na e pela universidade. Também, nesse tempo, chegara minha segunda filha, fazendo com que a vida e os estudos ficassem ainda mais desafiadores.

Na luta e na resistência de todos esses momentos e percursos, me deparei com a possibilidade de ingressar no mestrado. Penso que seja importante afirmar que a pós-graduação somente agora começa a ser algo pensado como direito por nós indígenas.

A pós-graduação para os povos indígenas é um tema muito contemporâneo, pois, no Paraná e no Brasil, são somente 18 anos de experiências de ingresso e permanência de estudantes indígenas nas universidades, enquanto política pública. Dessa forma, incorporo-me do direito em ser a primeira acadêmica indígena, pertencente à etnia Kaingang, a ingressar num curso de mestrado pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina, sendo a única dos 14 profissionais indígenas formados por esta universidade nos mais diferentes cursos.

Como relatei anteriormente, também não pensei muito no ingresso para o mestrado; as portas foram se abrindo, com certeza, os longos anos de graduação mais a excelente experiência do projeto de extensão possibilitaram essa inclusão.

Outro fator essencial nesse processo foram os projetos de pesquisa e de extensão voltados à temática indígena. Tornei-me mestranda contemplada por uma bolsa vinculada a um projeto de pesquisa interinstitucional e interestadual financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES)⁸. Esse projeto tem por objetivo investigar e sistematizar as históricas

⁸ As universidades participantes desse projeto são: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), a Escola

situações de conflitos e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial da população Avá-Guarani, fundamentalmente, na região da fronteira oeste paranaense, evidenciando a emergência e os percursos das lideranças desse grupo étnico diante das violências praticadas pelo Estado brasileiro e por agentes privados que vivem na região. Ao focar na análise das trajetórias de mulheres lideranças Avá-Guarani – foco da minha pesquisa –, senti-me ainda mais indígena, com a tarefa de construir conhecimentos que contribuam para a visibilidade afirmativa dos povos indígenas no Paraná e no Brasil, bem como para o fortalecimento de nossas lutas e da nossa resistência.

Considerações Finais

Ainda na atualidade, convivemos com o profundo desconhecimento sobre a realidade dos povos indígenas, bem como dos aspectos essenciais dos seus diferentes modos de vidas e de organização social, fato este ainda gerador de visões preconceituosas sobre essas populações.

Nas duas últimas décadas, tem sido possível observar os impactos das mudanças ocorridas após o ingresso de indígenas na educação superior, principalmente, em universidades públicas. Tal fato constitui um novo sujeito, denominado como “profissional indígena”, – sendo médicos, dentistas, advogados, assistentes sociais, administradores, pedagogos, professores indígenas, dentre outras categorias – atuando dentro ou fora de suas comunidades de pertença, ocupando cargos e funções historicamente ocupadas por profissionais não indígenas. A presença de acadêmicos indígenas nas universidades e de profissionais indígenas atuando em diversos espaços e constituindo inéditos circuitos de trabalho indígena se revela significativa para as populações indígenas, nunca ocorrido ao longo dos mais de 500 anos da história de contato entre povos indígenas e sociedades não indígenas no Brasil.

Por séculos, os povos indígenas não tiveram o respeito e tampouco seus direitos nem mesmo pautados pelas agendas governamentais, que os viam, por vezes, como pagãos, não civilizados, atrasados e travancadores do desenvolvimento nacional, sendo impedidos do acesso ao conhecimento em detrimento da dominação de grupos empresariais e latifundiários.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi um marco importante para o reconhecimento dos povos indígenas enquanto culturas diferenciadas e em sua autonomia. A referida legislação preconiza em seus artigos 231 e 232 o direito às especificidades culturais indígenas, decorrentes das suas formas de organização social, costumes, línguas, crenças, tradições, e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Reconhece ainda os indígenas como cidadãos de direitos, considerados em suas realidades culturais diferenciadas.

O ingresso na universidade pública, por meio de vagas suplementares, cotas, vestibulares específicos, licenciaturas interculturais, inaugura um novo momento da história dos povos indígenas no Brasil, em que os próprios indígenas se tornam pesquisadores, intelectuais, protagonistas, sujeitos e autores dos conhecimentos por eles produzidos, em diálogo com pesquisadores e intelectuais não indígenas envolvidos com suas temáticas. Tal protagonismo gera ainda percursos marcados por sofrimentos, saudades, distanciamentos de suas comunidades e familiares, contudo, também por redes de solidariedades, interculturalidades e ampliação e fortalecimento das lutas indígenas.

É possível que tal como o relato ora apresentado e contextualizado, os novos percursos trilhados e a serem percorridos pelos acadêmicos e profissionais indígenas provoquem implicações diretas na (re)construção da nova história brasileira, que passa a ser contada não somente pelos olhos e pelas narrativas daqueles que nos colonizaram, mais, sim, pelos sujeitos que são teimosamente protagonistas dessa história.

Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ). O projeto contempla a participação de bolsistas indígenas e não indígena na iniciação científica, no mestrado e no pós-doutorado.

Referências

- Amaral, W. R. (2010). *As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: Sujeitos e pertencimentos*. (Tese, Doutorado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Amaral, W. R. (2015) A educação escolar indígena como direito na agenda educacional paranaense. In: P. V. B., Silva, L. R. Dias & R. A. E. Trigo (Orgs.). *Educação e diversidade: Justiça social, inclusão e direitos humanos: livro 2. CONAE Paraná: reflexões e provocações*. 1. ed. Appris.
- Amaral, W. R., & Capelo, M R. C. (2015). Educação indígena. In: M. R. Silva & S. R. O. Garcia (Orgs.). *Formação de professores do ensino médio: Modalidades*. UFPR/Setor de Educação.
- Amaral, W. R., Fraga, L., & Rodrigues, I. C., (Org). (2016) *Universidade para indígenas: A experiência do Paraná*. FLACSO, GEA; UERJ, LPP.
- Amaral, W. R., Rodrigues, M. A., & Bilar, J. A. B. (2014). Os circuitos de trabalho Indígena: Possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais Kaingang na gestão das políticas públicas. *Revista Mediações*, 19(2), Londrina, 129-145. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/1065>
- Angnes, J. S. (2010) *O ensino superior para os povos indígenas: ingresso, permanência, desistência, conclusão dos estudantes indígenas da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)/PR*. (Tese, Doutorado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Brasil, Constituição. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil* Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br>.
- Brasil, Constituição. (2011). *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho*. - Brasília: OIT, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf
- Brasil, Constituição. (2008) Fundação Nacional da Saúde, Projeto Vigisus II FUNASA. *Resultados*. p. 1 a 20 Abr. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/arquivos/vigisus/revistaVigisusRes.pdf>
- Farias, O. B. F., & Brostolin, M. R. (2016). *Políticas de inserção indígena na Universidade: O significado da formação superior para os acadêmicos indígenas*. Terena da UCDB.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010) *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf
- Luciano, G. dos S. (2006) *O Índio Brasileiro: O que você precisa sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. MEC-UNESCO – SECAD, Coleção Educação para Todos.
- Pacheco de Oliveira, J., & Freire, C. A. da R. (2006). *A presença indígena na formação do Brasil*. MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional.
- Paraná. (2012). *Estratégia de Participação dos Povos Indígenas no Projeto Multisetorial para o Desenvolvimento do Paraná*. SEPL/ SEAB/SEED/SESA. Disponível em: http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/EPPI_ABR_2012_Indigena.pdf
- Paulino, Marcos M. (2008). *Povos indígenas e ações afirmativas: O caso do Paraná*. (Dissertação, Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Souza Lima, A. C. de. (2005). Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: C. Lessa. (Org.). *Enciclopédia da brasilidade: Auto-estima em verde amarelo* (1a ed.; pp. 218-231). Casa da Palavra Produção Editorial.
- Tommasino, K. (2003). *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Datilografado.
- Tommasino, K., & Fernandes, R. C. (2001). *Povos Kaingang*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/287>

Zukeran, A. S. (2011). *Educação Escolar Indígena: Análise e reflexão a respeito de um estudo de caso na Terra Indígena Apucarana*. Disponível em:
[http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/a2011%20Zukeran%20Andr essa.pdf](http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/a2011%20Zukeran%20Andr%20essa.pdf)

Sobre o Autores

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira

Universidade Estadual de Londrina/Brasil

E-mail: gilza_10@hotmail.com

Pertencente ao povo Kaingang da Terra Indígena de São Jerônimo/Paraná, Graduada em Serviço Social e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina/Brasil.

Wagner Roberto do Amaral

Universidade Estadual de Londrina/Brasil

E-mail: wramaral2011@hotmail.com

Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina; Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná; Pós-Doutor em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana, México; Pós-Doutor em Políticas de Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Trés de Febrero, Argentina; Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina; Membro participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão de Políticas Sociais da UEL e da Comissão Universidade para os Índios do Paraná.

<https://orcid.org/0000-0002-8555-5915>

Jenifer Araujo Barroso Bilar

Universidade Estadual de Londrina/Brasil

E-mail: jhe_araujo@hotmail.com

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Comunicação Popular e Comunitária; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

<https://orcid.org/0000-0002-9970-2197>

Sobre o Editores

Juliane Sachser Angnes

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE UNICENTRO)

Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM UNICENTRO)

julianeangnes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4887-7042>

Graduação em Secretariado Executivo Bilingüe e em Letras - Português/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Linguística Aplicada e Mestre em Letras - Linguagem e Sociedade também pela UNIOESTE. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), linha de Cognição, Desenvolvimento Humano e Aprendizagem. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Administração da

Universidade Estadual de Maringá (UEM) no Grupo de Pesquisas em Estudos Organizacionais. É professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) vinculada ao Departamento de Secretariado Executivo e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional). Tem experiência na docência e pesquisa nas áreas de Educação e Administração, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: comunicação organizacional; redes solidárias; economia do bem-estar social; gestão escolar; planejamento e organização de eventos; cerimonial e protocolo; etiqueta social e comportamental; redação técnica oficial e empresarial; responsabilidade social; pesquisa qualitativa em Ciências Sociais Aplicadas. É Líder do Grupo de Pesquisas em Gestão do Conhecimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. É líder do grupo de pesquisa em Gestão do Conhecimento.

Kaizô Iwakami Beltrão

EBAPE FGV - - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Kaizo.beltrao@fgv.br

<http://orcid.org/0000-0002-3590-8057>

Graduação em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1974), mestrado em Matemática Aplicada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1977) e doutorado em Estatística pelo Departamento de Estatística da Princeton University (1981). Atualmente é Pesquisador/Professor da EBAPE/FGV-RJ e responsável técnico pelos relatórios técnicos do ENADE junto ao INEP através da Fundação Cesgranrio. Tem experiência na área de População e Políticas Públicas, com ênfase em Previdência Social e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: bases de dados para políticas públicas, avaliações educacionais, diferenciais por sexo/raça, condições de saúde, demografia (modelagem estatística) e mortalidade.

Dossiê Especial
Educação e Povos Indígenas:
Identities em Construção e Reconstrução

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 28 Número 158

26 de outubro 2020

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, Socolar (China).

Por errores y sugerencias contacte a Fischman@asu.edu

Síganos en EPAA's Facebook comunidad at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Coordenadoras: **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Editores Associadas: **Andréa Barbosa Gouveia** (Universidade Federal do Paraná), **Kaizo Iwakami Beltrao**, (EBAPE/FGVI), **Sheizi Calheira de Freitas** (Federal University of Bahia), **Maria Margarida Machado**, (Federal University of Goiás / Universidade Federal de Goiás), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Geovana Mendonça Lunardi

Mendes Universidade do Estado de
Santa Catarina

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Coordinador (Español / Latinoamérica): **Ignacio Barrenechea, Axel Rivas** (Universidad de San Andrés)

Editor Coordinador (Español / Norteamérica): **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México)

Editor Coordinador (Español / España): **Antonio Luzon** (Universidad de Granada)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento), **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendía**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (Universidad de Chile), **Cesar Lorenzo Rodríguez Uribe** (Universidad Marista de Guadalajara)

María Teresa Martín Palomo (University of Almería), **María Fernández Mellizo-Soto** (Universidad Complutense de Madrid), **Tiburcio Moreno** (Autonomous Metropolitan University-Cuajimalpa Unit), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Maria Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,

México

Pedro Flores Crespo

Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,

Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra

Universidad de Granada, España

Mónica Pini

Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Danah Henriksen, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Madelaine Adelman Arizona State University

Cristina Alfaro San Diego State University

Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale University of Toronto, Canada

Aaron Benavot SUNY Albany

David C. Berliner Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig San Jose State University

Linda Darling-Hammond Stanford University

Elizabeth H. DeBray University of Georgia

David E. DeMatthews University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center for Education Research & Policy

John Diamond University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo Albert Shanker Institute

Sherman Dorn Arizona State University

Michael J. Dumas University of California, Berkeley

Kathy Escamilla University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion University of the Negev

Melissa Lynn Freeman Adams State College

Rachael Gabriel University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass Arizona State University

Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester Indiana University

Amanda E. Lewis University of Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana University

Christopher Lubienski Indiana University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss Deakin University, Australia

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Eric Parsons University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton University of Kentucky

Susan L. Robertson Bristol University

Gloria M. Rodriguez University of California, Davis

R. Anthony Rolle University of Houston

A. G. Rud Washington State University

Patricia Sánchez University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of California, Berkeley

Jack Schneider University of Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist University of Maryland

Benjamin Superfine University of Illinois, Chicago

Adai Tefera Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres Michigan State University

Tina Trujillo University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol University of Connecticut

John Weathers University of Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth University of South Florida

Kyo Yamashiro Claremont Graduate University

Miri Yemini Tel Aviv University, Israel